

4 Multiterritorialidade e múltiplas identidades

O presente capítulo traz à discussão o papel desempenhado pelo conceito de território e, agregado a ele, de territorialidade, na análise do espaço social e, mais especificamente, da realidade que envolve a existência de **comunidades tradicionais** em grandes cidades urbanas, tomando como estudo de caso a comunidade de pescadores de Copacabana, Rio de Janeiro. Abordaremos a questão da multiterritorialidade experimentada pela comunidade, à luz das idéias de Rogério Haesbaert, mostrando que tal vivência multiterritorial, se acompanhada de uma conscientização crítica, pode ser também um instrumento para a transformação social.

A compreensão da multiterritorialidade vivenciada pelo grupo em questão deveria (e pode) ser condição para renovar antigas categorias fragmentadoras perante a nova realidade social, onde as identidades, as vivências e os cotidianos são múltiplos e complexos. Buscamos evidenciar, na continuação do pensamento que desenvolvemos até o momento, que tais comunidades não podem ser reduzidas a modos de vida estereotipados, como se estivéssemos simplesmente buscando um retorno ao passado, a condições não mais possíveis nos tempos de hoje.

Para tanto, o capítulo aborda primeiramente as diversas concepções de território/territorialidade ao longo do tempo, enfatizando sua re-significação que vem se dando ao longo das últimas décadas ao acompanhar mudanças paradigmáticas da ciência e das sociedades. Com este movimento de compreensão do conceito, trazemos ao debate a idéia da multiterritorialidade – partindo principalmente de Rogério Haesbaert (2004, 2005, 2006, 2007) – e sua relação com a realidade estudada, ou seja, a comunidade de pescadores de Copacabana. Ressaltamos que o grupo em questão, sob a forma de um estudo de caso, nos auxilia a compreender um processo maior que se reproduz em diversas escalas espaço-temporais que é a co-existência de sociedades cujos modos de vida e valores são, à primeira vista, contrastantes entre si, mas que, ao serem mais bem observados, evidenciam interdependências e complementaridades na maior parte dos casos extremamente injustas e desiguais. Os autores trabalhados neste

primeiro momento são, basicamente, Marcos Saquet (2007); Rogério Haesbaert (*op. cit.*); Milton Santos (1997, 2001); e Marcelo Lopes de Souza (2008).

Já que trabalhamos a territorialidade com ênfase também no sentido de pertencimento e de construção identitária, se falamos em multiterritorialidade, falamos também em multiidentidade, ou múltiplas identidades. Portanto, na segunda parte deste capítulo, trabalhamos com a relação entre ambas as idéias, a fim de compreender o papel desempenhado por tais múltiplas identidades no dia-a-dia da comunidade em estudo, bem como suas possibilidades enquanto um instrumento transformador. Assim, inter-relacionamos a multiterritorialidade às múltiplas identidades de uma **comunidade tradicional** situada em área densamente urbanizada. Nessa sessão, retomamos Manoel Castells (2000), cuja abordagem sobre **comunidade** nos foi de extrema valia para o primeiro capítulo da dissertação. Assim, retomamos brevemente também a discussão envolvida nos capítulos anteriores, procurando dar um fechamento para as idéias apresentadas. Também trabalhamos, na discussão sobre múltiplas identidades, com Marcos Saquet (2007), trazendo o debate sobre território, identidade e sustentabilidade; Denise Fonseca (2005); e Roberto Moreira (2004), este último que trata especificamente da identidade de **comunidades** costeiras.

4.1. Território e multiterritorialidade Uma estratégia para a compreensão da dinâmica social

O conceito de território pode ser trabalhado a partir de perspectivas epistemológicas que diferem entre si no tempo e no espaço. Ainda, o território assume significados distintos para diferentes grupos e/ou sociedades. “É preciso ter sutileza e habilidades, pois cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritmos e mitos, com suas atividades cotidianas” (Saquet, 2007, p. 24).⁵⁵

Lidando com a comunidade de pescadores de Copacabana, vemos que há uma produção própria do território que difere da produção territorial de outros segmentos da sociedade. Contudo, este território próprio refere-se ao ciclo

⁵⁵ Nos tempos atuais, a afirmação de que cada sociedade produz seu território de acordo com suas próprias regras, crenças, etc. não pode ser generalizada, pois os processos homogeneizadores e hegemônicos acabam, muitas vezes, sobrepondo-se à produção de territórios próprios a cada sociedade.

produtivo da pesca vivenciado pelos pescadores. No seu dia-a-dia, seu cotidiano, seus territórios são os territórios da cidade, produzidos mais por forças externas do que por eles próprios, e vivenciados por eles da mesma maneira que quaisquer outros grupos desprivilegiados da nossa sociedade desigual. De fato, os pescadores de Copacabana (e de outras comunidades pesqueiras situadas na cidade do Rio de Janeiro) são hoje parte do contingente de cidadãos urbanos que vivem em condições de pobreza. “O pescador artesanal se transformou em mais um cidadão urbano”, afirma José Maria Pugas – ex-presidente da Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro.⁵⁶

A experiência da multiterritorialidade, como veremos, é um fenômeno característico dos tempos atuais. Em se tratando de **comunidades tradicionais** situadas em grandes cidades, como é o caso do objeto da presente dissertação, não é difícil supor que essa experiência seja ainda mais intensificada devido às múltiplas vivências resultantes da relação entre as atividades produtivas e sociais do grupo e o dia-a-dia comandado por lógicas exógenas. Não que as atividades mais internas voltadas ao ciclo da produção pesqueira artesanal não sejam direcionadas para fins estranhos à lógica comunitária, porém, ainda assim, há uma divergência grande entre elas e as atividades cotidianas dos pescadores que não envolvem somente a esfera produtiva.

Desta maneira, selecionamos o conceito de território e, agregado a ele, o de territorialidade (e multiterritorialidade) como aqueles mais adequados para finalizar a discussão sobre a temática do trabalho (ou seria para retornarmos ao ponto de partida?). É o território – com suas bases teóricas – que nos permite visualizar a profusão de relações, formas, sentimentos e vivências que caracterizam o mundo atual, ainda mais em situações como a estudada.

4.1.1.

A retomada do território

Do território parcial ao território híbrido e relacional

Primeiramente, na ciência geográfica e nas ciências sociais em geral, o território foi compreendido a partir de uma analogia com o território estudado nas

⁵⁶ CONTI, L. Mar do Rio não está para pescador: especulação imobiliária, poluição e pesca predatória estão empurrando dez mil homens de seis colônias para a pobreza. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2000. Caderno Cidade, p. 17.

ciências naturais, relacionado à territorialidade animal. Como um dos expoentes dessa primeira abordagem, temos as idéias de Friedrich Ratzel, um dos geógrafos mais influentes do século XIX.

Em um primeiro momento, sua concepção de território provinha das ciências naturais, considerando-o como um ambiente onde há interações de um grupo com uma área, em um sentido locacional.⁵⁷ O território seria, desta forma, uma área e recursos naturais. Em outro momento, o geógrafo relaciona o território à existência do Estado-Nação, quando procura demonstrar a importância da natureza exterior ao homem no condicionamento da expansão no espaço, da miscigenação e da própria organização social. Isto implicaria na constituição do Estado como a principal forma de poder e controle. Mas uma concepção não exclui a outra, para o geógrafo, de modo que a natureza e o Estado assumem centralidade no seu pensamento (Saquet, 2007).

Haesbaert (2006) corrobora com esta análise quando diz que, em Ratzel, o território se define entre uma dimensão natural e uma dimensão política (estatal). O território ratzeliano ora aparece como sinônimo de ambiente e solo, ora como Estado-nação e dominação. Entretanto, o mesmo autor considera que a concepção ratzeliana também envolve uma “ligação espiritual com a terra”, uma vez que, em sua obra, nota-se um conceito idealista de natureza que “se refere mais a um estado ideal da própria sociedade do que às coisas externas ao homem. A natureza se expressaria através dos homens, em sua criação artística”.

De um modo ou de outro, tais abordagens foram deixadas de lado e as idéias lançadas por Ratzel mantiveram-se adormecidas por algumas décadas. O conceito de território foi relativamente esquecido e passou-se a estudar com afinco – sob um viés positivista, pragmático e quantitativo – o conceito de região, entendido então como um recorte espacial com determinadas características naturais e humanas.

Contudo, a partir dos anos 1950 e, com mais densidade, a partir da década de 1970, houve uma espécie de retomada do território, cujo significado passou a ser mais abrangente e atinado com a realidade político-social. São abordagens relacionais-processuais que reconhecem outros níveis de poder (não se

⁵⁷ O território, na concepção naturalista, segundo Di Méo (1998, p. 42), é um “espaço defendido por todo animal confrontado com a necessidade de se proteger”.

restringindo ao poder estatal), os conflitos sociais, e a apropriação e dominação do espaço.

Naquele momento, inicia-se a quebra do paradigma positivista e passa-se a considerar o território não mais como um fato natural, e sim político e social. O debate sobre o desenvolvimento das nações exigiu o reconhecimento da atuação de forças sociais ligadas à produção do espaço geográfico e à dominação social. O território é então entendido como o produto de relações sociais, organizadas política e espacialmente. As abordagens teóricas deste período passam a incluir, também, ainda que de forma incipiente, os elementos imateriais do território, havendo uma procura pela conciliação entre idéia e matéria. As interações territoriais (principalmente culturais e econômicas) transescalares entre diferentes lugares e pessoas passam a ser consideradas. Tais interações seriam as territorialidades cotidianas das sociedades. Estão lançados os elementos basilares para a refundação do conceito: identidade (trocas imateriais), relações de poder e redes de circulação e comunicação.

Na década de 1970, esta refundação do conceito de território toma corpo com o movimento intelectual que inclui: a difusão da obra de Michel Foucault, autor que aborda o poder multidimensional e cotidiano; os autores marxistas que abordam a desigualdade social estrutural e sistêmica, como David Harvey; e Henri Lefebvre, com sua abordagem sobre apropriação e dominação do espaço.

Para Foucault, o poder está presente em qualquer relação social conflituosa e heterogênea e representa relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho, etc. Logo, a partir da reformulação do conceito de poder, redescobre-se o conceito de território. “O território, nesta multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados, a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade” (Saquet, 2007, p. 32). Assim, a abordagem multidimensional das relações de poder se traduz numa compreensão múltipla do território e da territorialidade.

Esta redescoberta do conceito associa-se também às idéias de Henri Lefebvre (1994), no que diz respeito à apropriação e dominação do espaço enquanto elementos plurais e fundamentais de análise da produção espacial, uma vez que a apropriação e a dominação estão sempre atreladas às relações de poder, e estas são sempre multidimensionais. Neste sentido, “O território é um lugar de

relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social” (Saquet, 2007, p. 34). À medida que se começa a considerar a apropriação do espaço enquanto constituinte de um território, vêm à tona significações simbólicas relacionadas à produção espacial.

O encontro da ciência geográfica com a teoria marxista foi igualmente responsável por essa “refundação geográfica” que tomou forma a partir dos anos 1960-70. A evidência das contradições sociais, das lutas de classes e das formas históricas de mudanças sociais trouxe uma nova abordagem do que deveria ser um “fazer geografia”. Os pesquisadores não mais poderiam deixar de incorporar essas questões tão presentes no nosso cotidiano em seus estudos.

Com tudo isso, o território deixa então de ser fundamentalmente um substrato e passa a incorporar relações e dimensões culturais, econômicas, políticas e naturais (natureza), bem como a considerar sua fluidez e não mais sua rigidez. Há fluxos que escapam ao controle do Estado.

Para Dematteis (1970 *apud* Saquet, 2007), naquele ano, o território era uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...), relações horizontais (entre pessoas, circulação, produção) e verticais (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat), isto é, uma complexa combinação particular de certas relações territoriais (horizontais e verticais). O autor possui uma compreensão relacional e processual do território, à medida que ressalta a importância dos fluxos e redes a partir do momento em que apresenta a idéia das relações territoriais horizontais e verticais.

Esta re-significação do conceito de território e territorialidade configura uma revolução na análise espacial das sociedades complexas atuais. Entretanto, tal re-significação não está completa (nem nunca estará). Ela estará sempre se desenhando, se atualizando e se complementando, sendo este o movimento natural da ciência.

Sendo assim, a partir dos anos 1970, Saquet (2007) identifica quatro tendências de abordagens e concepções do território que se sucederam e coexistiram em alguns momentos. São elas: a tendência eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, onde o território é visto a partir das relações de produção e das forças produtivas; a tendência que vê o

território geopoliticamente; a que aborda a dinâmica cultural, simbólico-identitária, tratando de representações sociais e fenomenologia; e, por fim, a tendência atual, que vem desde os anos 1990, cuja abordagem é voltada à discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento local.

Esta identificação de tendências proposta por Saquet (2007) se assemelha à proposta por Haesbaert (2006). Este último autor trabalha primeiramente com o território a partir da sua divisão em quatro vertentes: naturalista, que utiliza uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza; política ou jurídico-política, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder; cultural ou simbólico-cultural, que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, sendo o território o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; e econômica, que considera o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Todavia, embora o autor reconheça a importância da distinção entre as quatro dimensões acima no que diz respeito ao enfoque dado por cada concepção de território, ele opta por conceituá-lo partindo de um conjunto de perspectivas teóricas mais amplas e filosóficas. Neste sentido, o território tanto pode ser analisado segundo o binômio materialismo-idealismo quanto segundo o binômio espaço-tempo.

No primeiro caso (materialismo-idealismo), o autor identifica duas perspectivas. A primeira seria “parcial”, enfatizando uma das dimensões (natural, política, cultural ou econômica); e a segunda seria “integradora”, envolvendo conjuntamente todas as dimensões.

No segundo caso (espaço-tempo), o território seria compreendido de acordo com seu caráter mais absoluto ou relacional; ou levando-se em consideração sua historicidade e geograficidade, ou seja, verificando “se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s)” (Haesbaert, 2006, p. 41).

Dentro do binômio materialismo-idealismo, Haesbaert (2006) começa pela perspectiva parcial e materialista, predominante, segundo a qual o território é encarado “como uma realidade efetivamente existente, de caráter ontológico, e não um simples instrumento de análise, no sentido epistemológico” (p. 42). Tal

perspectiva abarca as concepções naturalista, econômica e jurídico-política de território.

A concepção naturalista, conforme dissemos, concebe o território (material) a partir das relações do homem com a natureza. Ela leva, muitas vezes, ao determinismo ambiental ou geográfico, e comete algum equívoco (ainda que nem sempre) quando considera o comportamento do homem como uma extensão evolutiva do comportamento animal.

A abordagem econômica da qual fala Haesbaert (2006) vai ao encontro da tendência econômica apontada por Saquet (2007), sendo aquela que considera o território a partir de sua apropriação e uso pelos agentes do capital. Nela, são as forças produtivas e as relações de produção na expansão do capitalismo que configuram o território – um lugar e meio de produção social, usado, organizado e gerido por sujeitos sociais, políticos e/ou econômicos. Tal idéia baseia-se na ampla divulgação de autores que trabalham com o materialismo histórico-dialético. A concepção de Milton Santos é, provavelmente, no Brasil, a mais relevante e consistente neste sentido. Para ele, “o ‘uso’ (econômico, sobretudo) é o definidor por excelência do território” (Haesbaert, 2006, p. 58).

Por fim, a concepção jurídico-política de Haesbaert (2006) se aproxima da concepção geopolítica de Saquet (2007). Aqui o território é visto com base no controle e dominação, ou seja, como unidade política. Neste contexto, a idéia das relações de poder como elementos definidores por excelência do território começa a tomar corpo. Estudos de Giuseppe Dematteis da década de 1980 mostram o território como campo de domínio, de controle, efetivado tanto por empresas multinacionais quanto pela igreja católica, por grupos políticos e por pequenos supermercados. O território seria, então, o produto de relações de poder.

Robert Sack, em sua obra *Human territoriality* (1986) – contemporânea aos estudos de Dematteis dos quais falamos acima –, também entende o território a partir da dimensão política, considerando as relações de poder. Para ele, “o território é o produto da organização social e a territorialidade corresponde às ações de influência e controle em uma dada área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares” (Saquet, 2007, p. 83).

A territorialidade, segundo Sack, seria uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas. Seria também a ação de

influenciá-los ou controlá-los. Este controle dependeria de quem está influenciando quem, da delimitação e do contexto do lugar, espaço e tempo. “O território, dessa maneira, é compreendido como área controlada e delimitada por alguma autoridade, como resultado das estratégias de influência que ocorrem individualmente ou através de grupos sociais (...)” (Saquet, 2007, p. 83). Desta maneira, a territorialidade passa a pressupor limite, estando ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, se organizam no espaço e dão significado ao lugar. Para Sack (1986), é através da territorialidade que o espaço e a sociedade estão interligados, e é através da territorialidade que há uma luta incessante pelo estabelecimento e a manutenção de territórios. A territorialidade constitui territórios. Um território somente se torna e se mantém um território se suas fronteiras afetam o acesso aos recursos e ao poder. “A territorialidade deve proporcionar uma classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle” (Sack, 1986, p. 28).

As concepções naturalista, econômica e jurídico-política do território – sobre as quais dissertamos brevemente acima – fazem parte da perspectiva materialista do binômio materialismo-idealismo identificado por Haesbaert (2006) em seus estudos sobre as diversas concepções de território. Façamos agora sobre a perspectiva idealista que, por sua vez, cruza com a tendência apontada por Saquet (2007) no que diz respeito à consideração das dinâmicas culturais simbólico-identitárias do território.

Nesta abordagem, o território reforça sua dimensão enquanto representação e valor simbólico e é visto como um construtor de identidade que parte de um sentido de pertencimento. Tal concepção remete-se frequentemente ao modo de vida de sociedades tradicionais, como vemos na transcrição abaixo.

Nas sociedades agrícolas pré-industriais e nas sociedades “primitivas” de caçadores e coletores, o território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Este não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço (Haesbaert, 2006, p. 71).

A retomada do território e sua re-significação, portanto, perpassa pela construção das perspectivas ontológicas e epistemológicas descritas acima e enquadradas por Haesbaert (2006) dentro da abordagem “parcial” do binômio materialista-idealista. Todos os estudos que levaram ao desenvolvimento de tais

concepções são de extrema valia para o movimento da ciência no que diz respeito à construção da categoria território enquanto um instrumento para a compreensão da sociedade complexa atual e para a transformação social. Todavia, como dissemos, em uma sociedade complexa e globalizada, onde as referências não são fixas nem no espaço e nem no tempo, não podemos selecionar uma das perspectivas e trabalhar a partir dela como se não houvesse as demais. Sendo assim, Haesbaert (2006) desenvolve a chamada perspectiva “integradora” do território, dentro do binômio materialismo-idealismo. Se a Etologia (disciplina que estuda o comportamento animal) coloca a questão do território naturalista; se a Ciência Política discute o papel do espaço na construção de relações de poder; e se a Antropologia trata da questão da criação de símbolos através do território, “não caberia então à Geografia, por privilegiar o olhar sobre a espacialidade humana, uma visão ‘integradora’ de território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta?” (Haesbaert, 2006, p. 75).

Indo um pouco além do binômio materialismo-idealismo, Haesbaert (2006) propõe que analisemos as diversas concepções de território privilegiando seu caráter relacional ou absoluto, independente da visão “parcial” ou “integradora” do território. Estamos falando aqui do binômio espaço-tempo pensado pelo autor, cuja finalidade é compreender as múltiplas abordagens sobre o território segundo seu caráter absoluto ou relacional.

O território absoluto, ao longo da história do conceito, tem sido tratado de duas formas: a primeira compreende o sentido idealista de um *a priori* do entendimento do mundo, como na visão kantiana de espaço e tempo; e a segunda compreende o território como evidência empírica, ontológica.

Já o território relacional “é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou, de modo mais estrito, para muitos autores, de relações de poder” (Haesbaert, 2006, p. 80). Dois dos autores mais representativos da abordagem relacional do território, no início da construção de tal concepção, são Claude Raffestin e Robert Sack, este último já citado neste capítulo no que se referia à abordagem jurídico-política (ou geopolítica) do território.

Saquet (2007), referindo-se à abordagem relacional de Raffestin das décadas de 1970/80, afirma que

... o território, dessa maneira, é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. Isso, de acordo com Raffestin, assenta-se na construção de malhas, nós e redes, delimitando campos de ações, de poder, nas práticas espaciais, e constituem o território, como materialidade (Saquet, 2007, p. 76).

Assim, o território já aparecia em sua obra como relacional e multidimensional. Um pouco mais tarde, Raffestin inclui as relações simbólicas como constituintes do território. Em 1986, o autor faz uma abordagem semiológica da territorialidade humana, compreendendo-a como um conjunto de relações efetivadas pelos homens, como membros de um grupo social. “Essas relações são mediadas pelas línguas, religiões e tecnologias. Nesse sentido, novamente assumem centralidade a comunicação e a informação, efetivadas através das redes. As relações humanas são simbólicas e materiais” (Saquet, 2007, p. 78-79). A evidência da existência de redes materiais e simbólicas que constituem o território aponta para uma abordagem relacional sobre o mesmo. Ainda,

... uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e “objetificado”. Num sentido também aqui relacional, o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico (Haesbaert, 2006, p. 92-93).

Sack (1986) também trabalha a partir de uma abordagem relacional do território, mas enfatizando sua dimensão material. A territorialidade, para ele, como já dissemos, constitui “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território” (Sack, 1986). Deste modo,

Todos os que vivem dentro de seus limites tendem assim, em determinado sentido, a ser vistos como “iguais”, tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites (Haesbaert, 2006, p. 89).

No entanto, mesmo que a abordagem de Sack possa estar enfatizando o elemento material do território, Haesbaert (2006) ressalta que esta não é uma materialidade neutra, estando, na realidade, “mergulhada em nossos sistemas de significação”. Isto porque Sack crê na territorialidade não apenas como um meio para manter a ordem, mas também como uma “estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (p. 90).

Na contemporaneidade, portanto, devemos sempre trabalhar com o território na tentativa de realizar uma “experiência integrada do espaço” (mas nunca total), partindo da concepção de espaço como um híbrido entre sociedade e natureza; entre política, economia e cultura; e entre materialidade e idealidade; interagindo tempo-espacialmente. Esta integração só é possível se estivermos articulados em rede através das múltiplas escalas. Para tanto, Haesbaert (2006) propõe que trabalhemos a partir das múltiplas relações de poder que envolvem a construção de um território:

Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (Haesbaert, 2006, p. 79).

Desta maneira, a primeira tarefa do pesquisador que desejar analisar determinada porção do espaço à luz do conceito de território é compreender os elementos que transformam tal espaço em um território, ou seja, as múltiplas relações de poder que se relacionam em rede e através das múltiplas escalas. O poder, neste sentido, deve ser entendido em sua multidimensionalidade, ou seja, desde o seu nível mais explícito, direto e material até seu nível simbólico-cultural, relacionado estreitamente com a apropriação do espaço. Tais relações devem ser pensadas a partir de uma perspectiva integradora e relacional. Em seguida, já que estaremos sempre comprometidos com a mudança social – sendo este o papel primordial da academia – devemos encontrar maneiras de aplicar a base epistemológica do conceito como uma ferramenta política de transformação social. É sobre isso que falamos a seguir.

4.1.2.

O território híbrido e relacional como ferramenta política de transformação social

Considerando a perspectiva híbrida e relacional do território, Saquet (2007) propõe que pensemos também em um movimento recente das idéias que o envolvem enquanto categoria de ação política e transformação social. Tais idéias dizem respeito ao papel desempenhado pelo território na discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento local, que tem se consolidado ao longo das últimas duas décadas, e cuja preocupação predominante possui relação com as articulações territoriais para o desenvolvimento (local), sendo o território e a territorialidade apresentados como instrumentos poderosos de transformação social.

O autor italiano já citado Giuseppe Dematteis, em 1994, falava sobre um sistema local territorial que seria, segundo Saquet (2007, p. 112), um conjunto dotado de identidade, “sendo que os sujeitos que o compõem são capazes de definir comportamentos coletivos”. Para ele,

O território é condição de processos de desenvolvimento. É natureza e sociedade, manifestando-se de forma específica em diferentes lugares. Nas condições territoriais do desenvolvimento, (...), há fertilidade do solo, clima, atrativos paisagísticos, estratificação social, cultura familiar específica, tradições de empreendimentos, associações de moradores, relações sociais, posses/propriedades, redes de circulação e comunicação (Saquet, 2007, p. 113-114, grifo nosso).

A territorialidade, neste sentido, seria a mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita sobre o agir social.

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade (Saquet, 2007, p. 115).

A territorialidade dá identidade ao lugar. E é por isso que as políticas de desenvolvimento devem partir de um reconhecimento das relações existentes no lugar, de uma **geografia das territorialidades**. “Esta pode ser uma geografia das possibilidades de desenvolvimento, sendo que as redes de sujeitos (individuais e coletivos) são um instrumento conceitual e operativo para governar a territorialidade” (Saquet, 2007, p. 115).

Magnaghi (1990), analisado por Saquet (2007), entende o território como um produto do processo de estruturação do espaço físico através de uma rede de relações complexas (concretas e simbólicas). Para ele, a produção de territórios deveria substituir a produção de mercadorias para o desenvolvimento. Contudo, isto só seria possível com uma nova cultura do habitar, segundo o autor, “com novas territorialidades e valorização da estética, do lugar e da natureza, da diferença e da autonomia” (Saquet, 2007, p. 116). O território e suas territorialidades, neste sentido, possuiriam um caráter político e transformador poderoso em direção à autonomia das sociedades.

Nesta linha, Dematteis (2001) propõe um esquema analítico para o território. Neste esquema, devemos nos ater primeiramente à rede local de sujeitos, ou seja, às interações entre indivíduos em um território local, onde há proximidade física; e entre os sujeitos do local e os de outros lugares, havendo a construção de um ator coletivo. Em seguida, devemos estudar o *milieu* local, ou seja, o conjunto de condições ambientais locais nas quais operam os sujeitos coletiva e historicamente. A rede local de sujeitos deverá ser estudada em suas relações com o *milieu* local e com o ecossistema, de forma tanto cognitiva (simbólica) quanto material. Por último, devemos atentar para a relação interativa da rede local com redes extralocais, em distintas escalas (local, regional, nacional, global). Isto porque:

O território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e com os indivíduos de outros lugares, efetivando tramas transescalares em diferentes níveis territoriais. O território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades (poderes, comportamentos, ações) (Saquet, 2007, p. 118).

Assim sendo, o território pode ser reivindicado como uma forma de resistência, complementando o que já foi dito sobre o assunto no capítulo anterior no que se refere à construção de alternativas ao desenvolvimento hegemônico. Milton Santos argumenta a favor da resistência do território diante das grandes empresas que operam na produção material e da informação, “enunciando aspectos da reterritorialização no movimento de globalização da economia e de valorização do lugar, como espaço do acontecer, de vida” (Saquet, 2007, p. 124).

Segundo Rua (2007, p. 161),

As resistências e a busca de territorialidades alternativas (que recusam a des-territorialização imposta pelas representações dominantes) têm sido sufocadas (quase sempre pela força), mas têm apresentado momentos de viva atividade, como

no presente, se não cairmos na armadilha do antagonismo democracias ocidentais *versus* terrorismo. Há sempre uma relação dialética entre os processos globais de reestruturação do capitalismo com as resistências de nível local que, quase sempre derrotadas até o momento, têm antagonizado os modelos ocidentais de desenvolvimento. Essas resistências se dão nas nesgas do vivido das práticas espaciais cotidianas em oposição ao processo brutal e transescalar das transformações (desenvolvimento) criadoras de renovadas representações.

Isso quer dizer que, já que a territorialidade representa o agir social e as interações das mais diversas dimensões entre as múltiplas escalas, configurando um sistema multiterritorial, ela é responsável por conferir identidade (ou identidades) ao lugar, sendo esta uma das premissas da constituição de um território. Nesse processo de construção identitária, pode ser construída também a possibilidade de resistência à lógica dominante imposta sistematicamente, baseada na vivência cotidiana (ainda que múltipla) dos mais diversos grupamentos sociais. É por este motivo que os projetos de desenvolvimento devem estar atrelados às territorialidades cotidianas das sociedades.

A multiterritorialidade, comumente entendida como um obstáculo para a construção de territorialidades alternativas, deve ser compreendida como um instrumento de análise social que contribui enormemente para o destrinchamento da realidade complexa em que vivemos. É com a observação e análise multiterritorial que podemos tentar (ainda que não consigamos por completo) desfazer os nós da complexidade do mundo atual, para então sermos capazes de construir alternativas à lógica hegemônica. O próximo subitem aborda essa questão.

4.1.3.

A experiência da multiterritorialidade Significados e possibilidades

A multiplicidade de territórios e territorialidades deve ser trabalhada sob a perspectiva da multiplicidade de poderes, incorporados nos territórios a partir do ponto de vista de quem sujeita e de quem é sujeito.

Em 2005, Haesbaert questiona se a multiterritorialidade seria simplesmente uma questão de escala ou uma questão de **espacialidade diferencial**, expressão cunhada por Yves Lacoste (1988) e que está relacionada à multiescalaridade das práticas sociais, implicando na “vivência de múltiplos ‘papéis’ que ‘se inscrevem

cada um em migalhas de espaço' descontínuo, multiescalar" (Haesbaert, 2005, p. 85).

Isso porque, segundo o autor, Lacoste reconhece as diferentes representações do espaço que se referem desde a nossa mobilidade mais restrita (cotidiano) até às escalas mais amplas, veiculadas pela mídia e pelo turismo e que freqüentemente abarcam o globo em seu conjunto. Todavia, há certa dificuldade em se apreender globalmente nossa experiência espacial, no mundo atual, já que há uma descontinuidade dos espaços e dos territórios, organizados muito mais em rede do que em termos de áreas.

Isto quer dizer que as práticas sociais tornaram-se confusamente multiescalares. Contudo, Haesbaert (2005, p. 85) acredita que muitos de nós "encarregamo-nos de desfazer a confusão deste novelo e, retomando seus fios, tecemos nossa própria rede, ou melhor, nosso(s) próprio(s) território(s)-rede(s) – que implicam, sem dúvida, assim, a vivência de uma multiterritorialidade (...)". Ademais,

... mais do que de superposição espacial, como enfatiza o autor⁵⁸, trata-se hoje, principalmente com o novo aparato tecnológico-informacional à nossa disposição, de uma multiterritorialidade não apenas por deslocamento físico como também por 'conectividade virtual', a capacidade de interagirmos à distância, influenciando e, de alguma forma, integrando outros territórios (Haesbaert, 2005, p. 85).

Para o autor, desta forma, a multiterritorialidade está incluída na chamada condição pós-moderna. Ela representa uma mudança quantitativa (maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor, ou pelo menos das classes mais privilegiadas) e qualitativa, "na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios" (p. 86).

Portanto, a experiência da multiterritorialidade em sentido estrito inclui: uma dimensão tecnológico-informacional de crescente complexidade (territorialização via ciberespaço), "que resulta na extrema valorização da densidade informacional de alguns pontos altamente estratégicos do espaço"; como decorrência desta nova dimensão, uma compressão espaço-temporal de múltiplos alcances; e "uma dimensão cultural-simbólica cada vez mais importante dos processos de territorialização, com a identificação territorial ocorrendo muitas

⁵⁸ Haesbaert refere-se aqui à Lacoste.

vezes no/com o próprio movimento e, no seu extremo, referida à própria escala planetária como um todo” (p. 87-88).

O autor ressalta que a multiterritorialidade não implica simplesmente na justaposição de múltiplos territórios que “mantêm sua individualidade numa espécie de ‘todo’ como produto ou somatório de suas partes”. Ela

... envolve como condições básicas a presença de uma grande multiplicidade de territórios e sua articulação na forma de territórios-rede. Estes, (...) são por definição, sempre, territórios múltiplos, na medida em que podem conjugar territórios-zona (manifestados numa escala espacialmente mais restrita) através de redes de conexão (numa escala mais ampla) (Haesbaert, 2005, p. 88).

Por último, Haesbaert (2005) atenta para as diferenciações que podem ocorrer dentro da própria dinâmica de multiterritorialização, de modo que é necessário distinguir: os agentes que a promovem e seus objetivos, estratégias e escalas, sejam eles indivíduos, grupos, instituições, o Estado ou as empresas; o caráter mais simbólico ou funcional da multiterritorialidade, sendo que, no primeiro caso, é importante analisar as múltiplas identidades territoriais nela envolvidas; os níveis de compressão espaço-tempo nela incorporados; seu caráter contínuo ou descontínuo, ou seja, “até que ponto ela ocorre pela superposição, num mesmo espaço, de múltiplos territórios, ou até que ponto ela corresponde à conexão de múltiplos territórios, em rede”; e “a combinação de ‘tempos espaciais’ incorporada à multiterritorialidade – podendo existir assim, de certa forma, uma multiterritorialidade também no sentido das múltiplas territorialidades acumuladas desigualmente ao longo do tempo” (p. 88-89).

Ainda, devemos distinguir a multiterritorialidade potencial da multiterritorialidade efetiva, já realizada, uma vez que a possibilidade de vivenciar múltiplos territórios é acessível a uma minoria.

Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana (Haesbaert, 2005, p. 89).

Falar em multiterritorialidade implica reconhecer a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade. Desta maneira,

... o território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão:

ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança efetivamente inovadora (Haesbaert, 2005, p. 90-91).

4.2

A comunidade de pescadores de Copacabana: um olhar integrador, relacional e multiterritorial

A comunidade de pescadores de Copacabana vivencia um cotidiano singular, pois se encontra em permanente tensão entre tradição e modernização, tradição e urbanidades. Retomando o que discutimos no primeiro capítulo desta dissertação, vemos que o debate sobre a categorização da comunidade enquanto uma **comunidade tradicional** parece não chegar a um consenso. Isto porque a realidade social de hoje é uma realidade complexa, confusa, emaranhada e múltipla, o que quer dizer que somente uma análise da multiterritorialidade experimentada pelo grupo pode evidenciar seu lugar na sociedade, ainda que este seja um lugar fluido, descontínuo e repleto de incertezas. Enquanto não pudermos refletir sobre a condição multiterritorial de sua existência, continuaremos a errar no sentido de tentarmos catalogar o grupo a fim de transformar sua realidade. A (re)significação das idéias de **comunidade** e **tradição** se faz necessária à luz da multiterritorialidade, que por sua vez é um dos sintomas mais intensos do nosso mundo atual. Devemos compreender que, hoje, em uma cidade global como o Rio de Janeiro, as antigas certezas estão flutuando, já que as antigas referências se esvaíram e estão a se modificar a todo instante.

A fim de que pudéssemos analisar a vivência da multiterritorialidade da comunidade em estudo, tentamos, primeiramente, compreendê-la à luz das bases e idéias responsáveis pela re-construção do conceito de território, sobre as quais dissertamos nos itens anteriores. Feito isto, elencamos as múltiplas vivências territoriais do grupo, procurando identificar seus entrelaçamentos e processos de amalgamação, com o objetivo de decifrar sua experiência multiterritorial.

Sempre tomando como referência as múltiplas relações de poder que constituem o território, ou seja, sempre referindo-nos à abordagem relacional, iniciemos pela análise de suas dimensões segundo a perspectiva materialista do binômio materialismo-idealismo de Haesbaert (2006).

De acordo com a abordagem naturalista – que possui como base as relações entre sociedade e natureza, podendo muitas vezes ser encarada erroneamente como uma espécie de determinismo ambiental – faz-se mister dizer que a

comunidade de pescadores de Copacabana possui uma óbvia relação íntima com o mar: fonte de seu trabalho, sua renda, sua vida. É para o mar que os pescadores vão todos os dias, esperando poder voltar. Ao mesmo tempo em que há uma assimetria que parte da dominação do pescador sobre o ambiente, há também a dominação que provém do mar sobre o pescador. Isto porque é o movimento do mar quem dita os horários (segundo as marés) possíveis para a colocação e retirada da rede; a possibilidade de certas espécies (consumíveis ou não) estarem ao alcance das técnicas utilizadas pela comunidade; e a possibilidade (segundo as condições meteorológicas) do pescador sair e voltar diariamente com sua embarcação. Além das condições naturais advindas do movimento da Terra e sua posição relativa à Lua e ao Sol que originam essas relações, devemos também citar condições que interferem na abundância, distribuição e alcance dos recursos naturais marinhos dos quais sobrevivem os pescadores, afetando igualmente tal relação mútua entre o pescador e o mar. Em primeiro lugar, devemos falar sobre a poluição marinha por matéria orgânica crescente a partir da segunda metade do século XX, que por sua vez possui correspondência íntima com a evolução urbana desordenada do Rio de Janeiro (neste caso, a expansão da urbanização em direção à Zona Sul da cidade). Alguns dos pesqueiros mais apropriados pelos pescadores de Copacabana encontram-se ao redor das Ilhas Cagarras, em frente às praias de Ipanema e Leblon. É neste ponto que se encontra a desembocadura do emissário submarino de Ipanema, que lança em média 10m^3 (oscilando entre 8, em condições normais, e 12, em condições de pico) de matéria orgânica por segundo. Sua construção foi finalizada em 1975 e ele é responsável por grande parte do despejo de esgoto sanitário da Zona Sul do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que sua construção proporciona um melhoramento da qualidade ambiental das praias, é responsável por modificações consideráveis dos habitats pesqueiros, afetando os pescadores artesanais. A diminuição dos estoques pesqueiros é constatada pelos pescadores, por exemplo, quando questionados sobre as modificações das artes de pesca ao longo do tempo: “Olha só... começou com arrasto, barco de arrasto. Começou com arrastão. Agora não tem mais arrastão, acabou arrastão aqui. Acabou o peixe, né? Muito lixo, muita poluição. Acabou, acabou”.⁵⁹ Ou ainda,

⁵⁹ Pescadora Tatiana, em 21 de junho de 2009.

Sempre que a urbanização chega, dependendo da cidade, a tendência é destruir muita coisa, é mudar a natureza. Você vê, as pequenas cidades, quando elas vão no seu curso de avanço, a gente lembra logo: pra onde é que vai o projeto do saneamento básico. Deveria ser a primeira preocupação de qualquer cidade. E isso numa cidade grande como o Rio de Janeiro a tendência é você ver tudo isso indo pro mar. Mas antes de ir pro mar, vamos supor, sempre uma cidade está ligada aos rios, e esses rios são sempre exatamente o primeiro olhar dessa cidade, onde vai jogar seus destroços de tudo quanto não beneficie a natureza de uma forma legal. Então o urbanismo, ele ataca tudo isso.⁶⁰

Outra questão que envolve a relação da comunidade com o mar (natureza) é a presença de barcos de pesca com potencial para pescar em um dia a mesma quantidade de peixes que o pescador artesanal levaria cerca de dois meses para conseguir pescar, indo para o mar todos os dias. Esses barcos industriais não permitem que os cardumes se aproximem da costa – cercando-os antes que pudessem chegar ali – e, como os barcos dos pescadores artesanais, que são simples e pesados, não permitem o deslocamento até maiores profundidades, resulta que a comunidade, muitas vezes, perde o acesso aos recursos pesqueiros. Essa é uma relação injusta e desigual que, ao longo das últimas décadas, veio impedindo a sobrevivência de muitas comunidades pesqueiras: “Outra coisa é esses barcos de arrasto que *encosta* aqui, *entra* aqui dentro da praia e *leva* tudo, *leva* a criação toda, *arrasta* tudo, não fica nada, nada, nada”.⁶¹ Esses dois exemplos mostram que a relação do pescador com o mar é também influenciada pela ação de outros atores que fazem uso do ambiente marinho de alguma forma, muitas vezes disseminando injustiças.

Isso compreende, de alguma forma, uma espécie de dominação do mar sobre o pescador, contrária à apropriação do mar pelo pescador. Identificamos aí uma relação de poder. Ainda assim, contudo, o pescador também se apropria do ambiente marinho, uma vez que possui conhecimento sobre ele como poucos possuem, sabendo localizar, sem instrumentos sofisticados como o GPS, cardumes e pesqueiros em um raio de ação considerável. A apropriação se dá também no que diz respeito à navegação; à prudência quanto a embarcar sob certas condições ou não; ao conhecimento sobre as espécies, seus hábitos e habitats; e a ligação afetiva que é muito presente (apropriação simbólica, configurando a cultura do *pescar*, do *ser pescador*). O pescador só é pescador porque gosta daquilo, é o que todos dizem, e esse sentimento, esse prazer pelo

⁶⁰ Pescador Maurício, em 22 de abril de 2009.

⁶¹ Pescadora Tatiana, em 21 de junho de 2009.

trabalho, constitui a grande diferença entre eles e a maior parte da população urbana desfavorecida.

No passado mais distante, a arte de pesca desenvolvida pelos pescadores que viviam ali tinham sua origem na pesca realizada pelos índios, ou seja, no arpão. Posteriormente, no momento de institucionalização da comunidade enquanto Colônia dos Pescadores Z-13, a pesca mais realizada era a de linha e anzol. Como diz seu Noca, “no meu tempo de pescaria não tinha a rede, essa rede de espera (...). Eu pescava de linha e anzol, e era muito produtivo”.⁶² Com o passar do tempo e o desenvolvimento de novas técnicas de pesca, surgem as redes feitas artesanalmente de materiais como o tucum e, mais tarde, o algodão. A partir da década de 1950, com o início da exploração petrolífera, desenvolveu-se o nylon, sendo este o material com o qual são feitas as redes até os dias atuais. Neste contexto, a comunidade de Copacabana passa a pescar segundo a técnica do arrastão, porém, como dissemos, com a diminuição abrupta do estoque pesqueiro que coincide com o adensamento populacional do bairro, essa técnica vai sendo deixada de lado. Hoje, a técnica mais utilizada compreende a rede de espera, ainda que muitos também pesquem com linha e anzol. De fato, a pesca com rede de espera permite esse intercâmbio entre as técnicas, uma vez que a rede é colocada na posição certa e retirada no dia seguinte, com o pescado capturado preso em suas malhas. Após a colocação da rede, é muito comum os pescadores se dirigirem para determinados pesqueiros a fim de pescar com linha e tentar aumentar a produção do dia. Existem três tipos de redes de espera caracterizados conforme a malha e utilidade: linguadeira, cuja malha é maior e serve para capturar linguado, viola e tamboril; corvineira, com malha mais estreita e que captura tainha, corvina e enchoveta; e a chamada por eles de “come-dorme”, capaz de capturar peixes miúdos como roncadour, carapeba e carapicu. A escolha da rede a ser colocada no mar em cada dia é devida ao estado do mar e à época do ano. Por exemplo, quando o mar está mais calmo, parado, coloca-se a come-dorme e a corvineira, a fim de pescar os peixes menores.

O que vimos acima evidencia a relação mútua de dominação/apropriação entre o grupo em questão e o mar. Logo, estamos falando das relações de poder presentes no âmbito da dimensão naturalista de concepção do território, dentro do

⁶² Em 25 de março de 2009.

binômio materialismo-idealismo. Essas relações, com base na relação entre sociedade e natureza, constituem uma das múltiplas dimensões de análise da multiterritorialidade experimentada pela comunidade. A territorialidade, aqui, é caracterizada como a mediação entre o mar e o pescador, mediação esta que direciona seu próprio *agir social*.

A perspectiva econômica – também dentro da abordagem materialista do binômio materialismo-idealismo de Haesbaert (2006) – cruza e, mais do que isso, se amalgama, de alguma forma, com a perspectiva naturalista, já que a relação do pescador com o mar, ainda que possua um notável componente simbólico-cultural do qual falaremos adiante, é baseada no uso, nas forças produtivas e nas relações de produção. São essas forças que, segundo a abordagem econômica, configuram o território, ou seja, um lugar e meio de produção social, usado, organizado e gerido por sujeitos sociais, políticos e/ou econômicos.

Nesse sentido, o pescador utiliza o mar como fonte de recursos, fonte de sobrevivência. A relação produtiva mais direta presente nessa utilização está na relação entre os tripulantes das embarcações no momento da pescaria, momento este que inclui a saída e o retorno do mar. No geral, são três tripulantes por barco, por saída. Esses tripulantes são mais ou menos fixos, pois quando um barco quebra (o que é muito comum), eles redistribuem-se entre aquelas embarcações que estejam funcionando. Também existem os agregados, aqueles pescadores que não fazem parte da comunidade historicamente, aparecendo como ajudantes de outros que resolvem levá-los prometendo uma pequena porcentagem da venda do produto. Entre os tripulantes, há sempre um que faz a mestrança, ou seja, a navegação, decidindo para onde ir e qual arte de pesca utilizar. Os outros dois acompanham-no e, no momento em si da pescaria, os três participam da mesma forma, realizando o mesmo esforço físico e de concentração. Via de regra, o mestre da embarcação é seu proprietário, mas existem muitos casos onde a embarcação é arrendada para o pescador, devendo este separar uma parte do produto final para o dono da mesma. À época da redação do presente trabalho, das vinte embarcações da comunidade, quatro estavam quebradas e dezesseis em atividade. Das quatro embarcações paradas, apenas uma pertence a um pescador da comunidade, sendo que os proprietários das outras três não pescam. Já em relação às embarcações que estão em funcionamento, os proprietários de quatro delas também não são pescadores, mas arrendam (ou emprestam) suas

embarcações a pescadores que não são proprietários. As outras doze embarcações são de posse de pescadores da comunidade, ainda que um deles não viva exclusivamente da pesca.

Configuram-se aí múltiplas relações de poder e ao mesmo tempo de partilha, nos níveis mais diversos. À medida que há relações desiguais entre os pescadores e entre os pescadores e os proprietários das embarcações, há relações de poder explícitas. Elas estão na distinção entre o papel do mestre e o dos tripulantes; dos pescadores não-proprietários e dos proprietários; e entre os pescadores e os proprietários não-pescadores. Ainda, encontramos, em nossas observações de campo, relações desiguais entre os membros da comunidade conhecidos por todos e que freqüentam o espaço da pesca em Copacabana cotidianamente e os pescadores esporádicos que alguns membros trazem às vezes para auxiliar na pescaria. Estes últimos são sempre vistos e tratados com desconfiança, a não ser pelo pescador que o acolheu na embarcação com a qual trabalha. Algumas vezes (soubemos de dois casos), esses ajudantes não são, tradicionalmente, ligados à pesca. São trabalhadores urbanos desempregados que vislumbram aquele universo como uma saída possível. Isso reforça ainda mais nossa tese de que os pescadores de Copacabana são mais alguns cidadãos urbanos desprivilegiados como tantos outros segmentos da nossa sociedade.

De maneira geral, entretanto, as relações entre os pescadores da comunidade (incluindo aqui os esporádicos), ainda que sejam desiguais, configurando relações de poder, são de certo companheirismo. Por exemplo, quando uma embarcação está quebrada, prontamente os pescadores se re-arranjam nos demais barcos a fim de acomodar o proprietário daquele que está parado até que seja consertado. Isto vale para os proprietários pescadores e que dependem da pesca para sobreviver. Como diz a pescadora Tatiana, em 21 de junho de 2009: “... por exemplo, se uma embarcação quebrar lá fora, sempre outra vai lá, reboca a outra, tá? Quando um ferro, porque tem um ferro que amarra a rede. A maioria dos ferros, perde muito ferro aqui, um empresta o outro. Quando um pescador falta, vai outro pescador de outro barco pra suprir ele, essas coisas”.

Mas as relações de produção que constituem o território sob a perspectiva econômica não se limitam a essa escala de análise. Quando os pescadores chegam do mar trazendo o peixe capturado – o que se dá entre 9h30 e 10h –, este volume pescado é dividido entre o balcão para venda situado na área da comunidade

(figura 4.1) e a Peixaria Z-13 (figura 4.2). No balcão, permanecem algumas vezes os próprios pescadores, mas quase sempre há os vendedores, que são geralmente pescadores aposentados, esposas de pescadores ou simples trabalhadores da colônia. Aí também se configura uma relação de poder que varia dependendo de quem trás o peixe e quem está no balcão. Os acertos entre as categorias são feitos, no geral, por meio de uma porcentagem pré-fixada da venda que vai para o vendedor (em torno de 10%). A figura do vendedor assemelha-se à do atravessador, tão presente em outras comunidades pesqueiras. A diferença em Copacabana é que o peixe chega na praia e ali mesmo é vendido, diminuindo os custos em relação aos que possuem as comunidades que dependem do atravessador, muitas vezes tido como explorador e ganancioso. Em Copacabana, ainda, o pescador pode acompanhar a venda, se assim o desejar. A desvantagem deste tipo de comercialização do peixe é que ele é um dos responsáveis pela perda da união do grupo, a perda do sentido comunitário, que abordaremos a seguir, já que o pescador chega do mar com sua produção e coloca à venda independentemente da quantidade de peixe pescada pelo outro. Conforme diz o pescador Maurício:

Nós não temos isso, cada um chega com uma caixa de peixe e quer que os clientes comprem só os seus peixes, que se dane se você tá chegando depois. Essas coisas que prejudicam muito, que perdem o sentido de comunidade. Eu aprendi assim: na minha comunidade existiam aqueles atravessadores, mas eles precisavam de uma cota para ir vender o peixe, tinha que esperar todo mundo, então eu quero tantos kg de peixe, aí juntava tudo e levava. Isso era mais justo.⁶³

Figura 4.1
Balcão com peixes expostos à venda



Fonte: arquivo pessoal

Figura 4.2
Fachada da Peixaria Z-13.



Fonte: arquivo pessoal.

Isto quer dizer que a relação de camaradagem e parceria se dá somente no nível da atividade produtiva, da pescaria. Os pescadores que embarcaram juntos costumam dividir o resultado da venda em partes iguais, mas não se importam

⁶³ Em 22 de abril de 2009.

com os outros pescadores, das outras embarcações, mesmo se no dia anterior ou no dia seguinte as parcerias sejam modificadas e aqueles que não pescaram juntos hoje possam fazê-lo amanhã.

Já a peixaria anexa à comunidade (Peixaria Z-13) é uma espécie de “elefante branco” para o grupo, pois apesar de levar o nome da colônia e estar aparentemente vinculada a ela, é um negócio privado, particular, e que vende não somente parte do peixe trazido pelos pescadores de Copacabana, mas também o produto proveniente de outras partes do Rio de Janeiro e de Niterói. Quando a pescaria é muito boa, a venda no balcão da comunidade não garante todo o escoamento da mercadoria, fazendo com que os pescadores tenham que deixar parte do produto na peixaria ou, muitas vezes, no Mercado São Pedro, em Niterói. Por possuir equipamentos como o frigorífico, a peixaria pode conservar o pescado por mais tempo, deixando o pescador que depende da venda do peixe fresco no balcão em desvantagem, além de disponibilizar para o freguês espécies de pescado as quais os pescadores da comunidade não têm como pescar devido às limitações impostas pelo tipo de embarcação. Logo, há uma espécie de relação competitiva entre ambas as instituições. O acerto de contas entre a Colônia e a peixaria se dá sob a forma de um aluguel pago por esta última à primeira. Tal aluguel é utilizado para pagar parte das contas fixas que a Colônia possui, como a secretária, contas de luz, vigias e faxineiro. Os pescadores acreditam que certamente se beneficiariam mais caso a peixaria pudesse ser gerida por eles, ou se ao menos pudessem ter um frigorífico próprio a fim de concorrer com a peixaria em condições menos desiguais.

Aqui precisa saber de quê? De um frigorífico para botar o peixe. Ter gelo, uma máquina de gelo... geladeira, uma câmara frigorífica, máquina de gelo da gente. Porque, por exemplo, a gente vai pescar à noite, quer botar o peixe no gelo, tem que ser lá da peixaria, e a peixaria é um negócio que é alugado, é particular, não tem nada a ver. Se eu fosse comprar a peixaria o cara ia vender o ponto dele e eu ia continuar, eles concorrem com a gente, que o peixe da gente chega de manhã e fica até o meio dia, e o deles fica até de noite, justamente. Se a gente tivesse um frigorífico podia deixar pra de noite.⁶⁴

Ainda sobre as relações de poder a partir de um ponto de vista econômico, devemos voltar para a abordagem naturalista no que se refere à disputa pelos cardumes com barcos maiores e mais potentes e que realizam outros tipos de pesca muito mais agressivos, como a pesca de arrasto. Esses barcos de pesca

⁶⁴ Pescador Zeca, em 23 de junho de 2009.

industriais localizam os cardumes através de aparelhos sofisticados, como o GPS e sonar, e capturam tudo o que o pescador artesanal levaria meses para pescar em apenas um dia, antes do peixe chegar até a beira da praia, que é até onde o pescador artesanal, com suas técnicas de pesca, pode ir.

E aí *começou* a desaparecer os cardumes que vinham em beira de praia, como tainha, xerete, a própria corvina, entendeu? Sardinha, dava muita sardinha, sardinha sempre *tava* aí na beira da praia, a 200m da praia mesmo. Aí o que acontece? Aí tudo desapareceu, devido à alta pesca, ao esforço de pesca muito grande... O nosso esforço não é tanto, porque você vê, a gente sempre mantém uma estabilidade. Nós não podemos avançar pra certas tecnologias porque a gente não tem condição. Nossos barcos não têm equipamentos, sonares. Se a gente tivesse que acompanhar esses modelos de pesca, tinha que ser uma coisa controlada, entendeu? Não se pode existir no Rio de Janeiro barco com o número absurdo de pesca de arrasto, até porque a natureza tem condição de atender, mas se passar do seu limite, ela vai te dar o troco de outra forma.⁶⁵

Por último, temos as instituições públicas que inter-relacionam-se com a atividade pesqueira, ou seja, o uso produtivo do espaço marítimo que configura um território. O IBAMA é a principal delas, pois seria a instituição responsável por fiscalizar os maus usos dos recursos pesqueiros, tanto os que possam ser cometidos pelos pescadores artesanais quanto os que possam envolver os pescadores industriais. Tal fiscalização constituiria um outro nível de relações de poder. Contudo, ela quase não existe, na prática, e por este motivo é que as embarcações industriais e/ou de arrasto que não poderiam, pela lei, pescar na beira da praia, acabam burlando a legislação de alguma forma (basicamente por meio de suborno), de modo a prejudicar o dia-a-dia das comunidades pesqueiras artesanais (tal situação reproduz-se em quase todo o litoral brasileiro).

No que diz respeito ao território da comunidade sob a perspectiva jurídico-política – onde o território é visto a partir do controle e dominação do espaço, ou seja, como unidade política –, devemos analisá-lo à luz das relações de poder que definem aquele espaço como o território da comunidade de pescadores de Copacabana. O controle do espaço, teoricamente, viria da diretoria da Colônia, que se instala ali conferindo um domínio e uma relação de poder entre os de dentro e os de fora. Porém, tal diretoria não consegue conferir esse *status* ao grupo, pelo que pudemos observar. A relativa desarticulação dos pescadores impede a existência de uma diretoria forte. O que faz com que aquela porção do espaço seja o território do pescador, segundo tal perspectiva, é a própria atividade

⁶⁵ Pescador Maurício, em 22 de junho de 2009.

pesqueira, que não prescinde da área para estacionar as embarcações, confeccionar e consertar as redes e criar um espaço comum de convivência entre eles. Já no espaço marítimo, ou seja, o espaço da pescaria em si, voltamos a nos remeter às mesmas relações de poder abordadas segundo as perspectivas naturalista e econômica: a relação do pescador com o mar e todos os fatores físico-naturais que interferem nessa relação mais os fatores relacionados à presença humana (pesca artesanal *versus* pesca industrial, escoamento da produção, etc.).

Por último, podemos falar do controle simbólico que constitui o território segundo a abordagem cultural-simbólica que representa a dimensão do idealismo dentro do binômio materialismo-idealismo de Haesbaert (2006). Esta refere-se à identidade cultural (ou identidades culturais) do grupo e está no nível das representações. Voltaremos a falar sobre esse assunto no próximo subitem, mas adiantamos que esse nível de significação está relacionado intimamente ao sentido de pertencimento. No caso em estudo, aos múltiplos sentimentos de pertencimento vivenciados pelos pescadores.

Até o momento, falamos sobre as quatro dimensões de análise do território em questão. A partir de agora, devemos prestar atenção à conjugação desses territórios (ou desses processos de territorialização, melhor dizendo, já que estamos lidando com um território relacional e processual) no sentido de constituir um único processo multiterritorial. Para tanto, procuramos identificar o território como um produto do entrelaçamento entre as redes que organizam o espaço dos pescadores.

Em um primeiro nível escalar, analisemos a rede local de sujeitos e entre sujeitos do local e de outros lugares. Veremos que ambas foram abordadas na análise das dimensões naturalista, econômica e jurídico-política do território. Este nível de relações constrói a identidade primeira dos pescadores de Copacabana que, no entanto, não é fixa, encontrando-se em permanente transformação, ainda mais na sociedade pós-moderna.

Na relação da rede local de sujeitos com sujeitos de outros lugares, encontramos a hibridização de culturas variadas que também contribuem para essa construção identitária. Aqui, torna-se necessário considerar o fato de estarmos lidando com uma comunidade de pescadores singular, onde os *trabalhadores do mar* retornam para as suas casas ao final da jornada e tais moradias se situam nas

partes mais diversas e distantes da cidade, originando múltiplos processos de territorialização. Essa relação também se dá não somente no dia-a-dia, na relação física com outras pessoas e instituições das culturas as mais diversificadas, mas também através da influência exercida pela relação de poder simbólico que se constitui entre o cidadão comum e a grande mídia; e através do ciberespaço, hoje presente na vida de todos os pescadores da comunidade de alguma forma.

Desta maneira, torna-se clara a multiterritorialidade vivenciada pelo grupo. Os pescadores, no geral, levantam-se cedo, dirigem-se à Colônia, embarcam, pescam e retornam em horários variados, ficando na Colônia até o fim do dia, quando voltam para casa. Nesse processo rotineiro, trava-se contato e interage-se com múltiplas culturas, bem como se concretizam múltiplas interações econômicas. Vivencia-se e assimila-se, portanto, múltiplas territorialidades. No momento voltado para o trabalho (que não se restringe, contudo, ao trabalho), a territorialidade se expressa pela relação produtiva que se dá entre os pescadores, ou seja, pela escolha dos tripulantes, divisão do trabalho e partilha do produto final. É neste momento que a territorialidade experimentada por eles envolve um sentido de pertencimento comum, uma identidade comum. Esta identidade é também construída pelo conhecimento compartilhado do ambiente marinho – ainda que haja pequenos segredos quanto à marcação e localização de bancos pesqueiros que são típicos da atividade da pesca; e pela própria relação do pescador com o mar. A territorialidade nesta primeira dimensão de interações ainda envolve as relações de poder vivenciadas diretamente pelo grupo. Estas se dão tanto explicitamente – como a que se evidencia pela própria existência de uma instituição cuja autoridade deve ser respeitada, a diretoria; e a que se dá na relação entre os pescadores e as instituições públicas como prefeitura, governo estadual, IBAMA e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) –, quanto subliminarmente, muito presentes nas interações entre eles próprios, por exemplo, quando se trata da relação entre tripulantes ajudantes e proprietários das embarcações; bem como na interação entre pescadores e “atravessadores” representados, no caso da comunidade de Copacabana, pela Peixaria Z-13 e pelos pescadores aposentados que se ocupam em vender o pescado nas bancadas da Colônia. Também podemos falar na relação entre os vendedores do peixe e os compradores. E extrapolando para outros níveis escalares que ultrapassam essas relações diretas que envolvem a atividade da pesca e partem para aquelas que envolvem o *status* do pescador

enquanto mais um cidadão urbano, podemos falar, por exemplo, nas relações de poder presentes na dominação cultural hegemônica que está implícita na grande mídia. Contudo, essas dimensões de relações de poder não podem ser tomadas separadamente em uma sociedade complexa como a atual. Elas se imbricam, se amalgamizam, construindo um só corpo complexo e dinâmico de relações. Uma relação está presente na outra, uma dimensão interfere na outra... Isso tudo nos remete à multidimensionalidade do poder da qual nos fala Foucault.

Contudo, essa multiterritorialidade não é vivenciada por todos da mesma forma. Por muitos, ela não é nem ao menos de fato experimentada, sendo caracterizada apenas por uma sensação de pertencer a um mundo externo que na realidade não acolhe aqueles que são desfavorecidos. Assim, a identificação territorial, por exemplo, está muitas vezes referida à escala planetária, ainda mais com a experimentação do ciberespaço. No caso de Copacabana, além da sensação multiterritorial ser experimentada via ciberespaço, ela o é também através do convívio com turistas provenientes das mais diversas partes do mundo. Mas devemos nos perguntar: até que ponto tal experimentação é qualitativa (possibilidade de combinar a vivência concomitante de enorme gama de diferentes territórios) e não apenas quantitativa (apenas maior diversidade de territórios ao nosso dispor)?

Todavia, se considerarmos que estamos tratando de uma multiterritorialidade de caráter mais simbólico do que funcional (apesar de ter uma porção de funcionalidade aí também, já que o pescador transita pelo universo da cidade), aí sim devemos considerar a existência da comunidade como sendo certamente multiterritorial.

É necessário, ainda, estudarmos o caráter contínuo ou descontínuo da multiterritorialidade experimentada pela comunidade em questão. Podemos dizer que ela é contínua, como a maioria das experiências multiterritoriais do mundo pós-moderno de hoje. Isto porque os múltiplos territórios se superpõem, em vez de serem conectados em redes horizontais.

Ademais, a comunidade de pescadores em questão ainda possui a peculiaridade de ser composta por membros cujos laços identitários comunitários são fracos, já que historicamente foram forçados a se dispersar por toda a cidade devido à pressão imobiliária e à supervalorização do bairro, conforme dissemos no capítulo anterior.

No Rio, lembra o presidente da Federação dos Pescadores, os bairros mais valorizados da cidade são os litorâneos, o que obrigou homens que vivem da pesca se afastarem de seu local de trabalho. Um exemplo é a vida de Nilton Alves Carneiro, 70 anos. Nascido e criado em Ipanema, Nilton é neto de um pescador que, no século passado, cercou um pedacinho de areia na Barão da Torre, ‘quando o bairro ainda era um cajueiro’. Mais tarde com o pai, um dos fundadores da colônia do Posto Seis, Nilton mudou-se para a Alberto de Campos, onde morou até o fim dos anos 60. ‘Depois ficou muito caro e me mudei para Madureira’, conta. Ele não é a única vítima da especulação imobiliária. ‘As áreas dos pescadores foram invadidas por causa do turismo e do crescimento da cidade. Hoje, a maioria mora longe do mar’, diz Pugas (José Maria Pugas, presidente da Federação), lembrando que muitos subiram o morro para morar em favelas.⁶⁶

Isso contribuiu enormemente para a experiência da multiterritorialidade, com as territorialidades que envolvem a dimensão do pescador enquanto um cidadão urbano superpondo-se à territorialidade que envolve as interações mais diretas e relacionadas à atividade da pesca em si, ainda que todas estejam sempre fundidas e amalgamizadas umas nas outras.

Como dissemos, portanto, a experiência multiterritorial está intimamente ligada à construção de múltiplas identidades, ou de uma multiidentidade. O próximo item aborda melhor essa questão, trazendo à discussão a questão da identidade territorial situada entre dois extremos, do hibridismo cultural à essencialização das identidades. Tomamos como ponto de partida novamente as idéias de Haesbaert, em seu artigo sobre identidades territoriais, de 2007. Em uma tentativa dialógica, contudo, lidamos também com a abordagem de Manuel Castells (2000) sobre os processos de construção de identidades; a visão de Denise Fonseca (2007) e a de Roberto Moreira (2004).

3.2. Hibridismo cultural ou reclusão territorial?

A identidade cultural de um grupo é costumeiramente tomada como algo imutável e resistente às mudanças culturais que se dão fora dele. Contudo, nos processos que se dão a velocidades incrivelmente altas nos tempos atuais, tal concepção de identidade não corresponde mais à realidade. A vivência da multiterritorialidade vem acompanhada da construção de múltiplas identidades. Veremos de que forma estas experiências estão relacionadas a seguir.

⁶⁶ CONTI, L. Mar do Rio não está para pescador: especulação imobiliária, poluição e pesca predatória estão empurrando dez mil homens de seis colônias para a pobreza. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2000. Caderno Cidade, p. 17.

Fonseca (2005) acredita que a identidade cultural esteja relacionada ao sentido de pertencimento: “(...) o poder que alimenta as identidades culturais emana dos valores dos seus sujeitos coletivos – o seu patrimônio cultural imaterial – sendo, por esta razão, crucial resgatá-los e deles se apropriar” (não paginado). A autora fala sobre a congruência entre o desenvolvimento e a cultura, aquele devendo ser pensado em função desta. E, segundo a autora, para fugirmos do mimetismo cultural, devemos tomar o desenvolvimento como o resgate das identidades culturais. Fonseca ainda identifica quatro formas de associações identitárias na sociedade brasileira: as redes familiares; as redes religiosas; as redes de vizinhança; e as redes de interesses compartilhados.

Cada uma dessas formas de associação identitária possui uma lógica própria de integração entre os seus membros e um código de condutas que garante a sua fortaleza como sujeito coletivo, legítima a cada um dos seus membros e define os limites desta identidade, definindo também os seus não-membros. Cada um desses sentidos de pertencimento responde por aspectos particulares da existência material, emocional e espiritual dos membros. O núcleo duro do poder que emana destas formas de identidades tem a ver com o sentido de pertencimento que elas oferecem, e se apresentam sob a forma de aceitação, solidariedade e lealdade. No interior de cada uma destas formas de existir na comunidade, a capacidade de resistir dos seus indivíduos será tanto maior quanto mais estruturados estiverem os códigos éticos daquela rede, independentemente do valor dos seus conteúdos (Fonseca, 2005, não paginado).

Nas redes de interesses compartilhados há a sobrevivência de valores éticos, estéticos, educacionais e comportamentais especiais que excedem as esferas da família, igreja e das associações de corte geográfico. Ademais,

Assim como o núcleo duro do poder de cada uma destas identidades tem a ver com o sentido de pertencimento, o cerne destas formas cotidianas de enfraquecimento mútuo é justamente o não-pertencimento que estas mesmas identidades constroem ao seu redor, através de disputas de poder e de preconceitos de toda sorte (Fonseca, 2005, não paginado).

Desta forma, segundo a autora, a construção de identidades culturais poderosas e transformadoras permitiriam encarnar uma nova racionalidade de desenvolvimento. Nessa mesma linha, Castells (2000) apresenta a identidade como a fonte de significado e experiência de um povo, a forma de distinção entre o *eu* e o *outro*, *nós* e *eles*. Para o autor, devemos nos preocupar em distinguir identidades de papéis, as primeiras sendo “fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação”, enquanto os papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. As identidades organizariam

significados e os papéis organizariam funções. Os significados são a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator (p. 23).

Tais linhas de pensamento são de extrema valia para a compreensão do potencial transformador contido na identidade cultural de um grupo, porém, nas sociedades atuais, onde as instituições e organizações da sociedade não somente definem os tais papéis (que seriam diferentes das identidades), mas sim criam, destróem e re-criam significações o tempo todo, constituindo um descentramento característico da chamada era pós-moderna, ou seja, construindo múltiplas identidades, é necessário irmos um pouco mais além e complexificar essas argumentações. Mesmo na Modernidade, com o surgimento do Estado-Nação enquanto organizador primordial do território, a classificação promulgada por Castells falha no sentido de tentar catalogar e separar funcionalidade de simbolismo, de cultura. O que ocorre de fato é a impossibilidade de tratá-los como aspectos distintos e independentes da realidade social.

Realmente, nos tempos atuais, o que vê-se é, mais do que a consolidação de identidades, uma certa “crise de identidade”, nas palavras de Stuart Hall (2005). Esta crise é devida à fragmentação do indivíduo moderno. As identidades culturais, para o autor, surgem do pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, nacionais, e a crise destas identidades encontra-se na descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos.

Ao falar sobre identidade, Hall (2005) apresenta algumas noções sobre o sujeito, historicamente. O sujeito do Iluminismo seria o sujeito individualista, a “pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação”; o sujeito sociológico possui seu núcleo formado na relação social, no diálogo contínuo com mundos culturais exteriores – a identidade, neste sentido, costura o sujeito à estrutura; por fim, o sujeito pós-moderno possuiria a identidade móvel, sendo fragmentado por mudanças estruturais e institucionais – a identidade passa a ser definida historicamente e não biologicamente, não havendo um “eu” coerente. Neste sentido, a identidade unificada é fantasia (Hall, 2005, p. 10-13).

Os fluxos culturais, hoje, criam “identidades partilhadas”. As identidades passam a ser desvinculadas (desalojadas) de tempos, lugares, histórias e tradições

(Hall, 2005, p. 75). Ainda, simultaneamente aos processos de homogeneização global, há uma fascinação com a diferença, havendo a mercantilização da etnia e da alteridade. Neste sentido, “o local não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização” (p. 78). As sociedades tradicionais têm sempre estado abertas às influências culturais ocidentais e, agora, estariam mais do que nunca, havendo, na realidade, a formação de novas identidades. Stuart Hall fala da tensão entre tradição e tradução.

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado. Pode ser tentador pensar na identidade, na era da globalização, como estando destinada a acabar num lugar ou noutra: ou retornando a suas raízes ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização. Mas este pode ser um falso dilema (Hall, 2005, p. 88).

É neste contexto que Haesbaert (2007) trabalha no artigo que trazemos para o debate neste momento. Para ele, sendo as identidades sempre referentes ao espaço, ao entorno geográfico – ainda que algumas vezes possa não estar referida imediatamente a um território existente no plano ontológico –, é de extrema valia para a compreensão das múltiplas realidades que as tratemos como identidades territoriais. De fato,

Se as identidades sociais são simbólicas, os símbolos que compõem uma identidade não são construções totalmente arbitrárias ou aleatórias, eles precisam ancorar-se em referentes materiais ou, em outras palavras, têm sempre uma fundamentação política ‘concreta’” (Haesbaert, 2007, p. 42).

Muitas vezes, inclusive, a referência a recortes espaciais auxilia os discursos identitários. Assim, a identidade é territorial quando refere-se a determinada porção do espaço a fim de construir estratégias de apropriação cultural e política do mesmo, ou seja, a identidade territorial pode ser ativada como um instrumento de reivindicação política. Neste sentido, é mais comum nos depararmos com casos que evoquem as identidades bairristas, municipais, de regiões e relacionadas ao Estado-Nação, mas

... vários outros grupos ou comunidades podem também, ocasionalmente, acionar identidades territoriais de acordo com as estratégias políticas em jogo, muito além do simples jogo ‘tradicional’ das identidades territoriais ‘encaixadas’ que caracterizam o mundo estatal moderno (Haesbaert, 2007, p. 45).

As referências territoriais para a construção de tais identidades também podem estar relacionadas a uma espécie de densidade histórica, ou seja, ao tempo espacial. Falamos brevemente sobre esta concepção no item anterior deste trabalho, ao evidenciar que a multiterritorialidade também deve ser considerada em uma perspectiva geo-histórica, ou seja, quanto à existência de múltiplas territorialidades acumuladas desigualmente ao longo do tempo. No caso de Copacabana, isto fica claro, pois as experiências territoriais passadas, do tempo em que os pescadores habitavam a praia, por exemplo, acumulam-se com territorialidades que advêm das transformações sucessivas que foram ocorrendo com a expansão da urbanização em direção ao bairro. A multiterritorialidade vivenciada hoje é também resultado desse acúmulo, ainda mais devido às transformações terem sido tao intensas e velozes que abrangeram o espaço de tempo de uma geração apenas, o que faz com que os mais velhos freqüentemente passem suas experiências territoriais aos mais novos.

Logo, a referência territorial que constitui uma identidade “una” é encontrada, nos dias de hoje, ao lado de situações onde a identificação territorial se tornou complexa, múltipla e fluida, acompanhando o processo da multiterritorialidade (ou a multiterritorialidade acompanhando o processo de construção das identidades múltiplas).

... a territorialização se tornou múltipla e complexa, afetando as nossas construções identitárias, tanto no sentido identidade-território, pois os processos de identificação nunca foram tão mutáveis nem estiveram afetados por tamanha multiplicidade e/ou hibridismo cultural, repercutindo assim na intensificação do fenômeno que denominamos de multiterritorialidade (Haesbaert, 2007, p. 46).

Um exemplo bem expressivo sobre a construção de uma identidade “una” que não tem sido fragmentada refere-se, no caso da comunidade de Copacabana, à religião. Nos últimos anos, vem se configurando com intensidade em todo o Brasil e, de maneira bem marcante, no estado do Rio de Janeiro, um intenso alastrar-se das igrejas neopentecostais, principalmente nas comunidades mais pobres. Hoje, em muitos lugares, e com muita expressão nas favelas, podemos dizer que os evangélicos são maioria, tendo ultrapassado o número de católicos. Entretanto, a identidade “pescador” está sempre relacionada com a religião católica ou, muitas vezes, com a umbanda. É raro encontrar um pescador que não possua uma ligação forte com as imagens de ambas as religiões, e é interessante notarmos que mesmo na comunidade de pescadores em estudo, com todos os seus membros

vivenciando múltiplas identidades e múltiplos territórios simultaneamente, e muitos deles habitando bairros pobres e favelas da cidade, esta identidade se mantém intacta. Entre os pescadores da comunidade com os quais conversamos, nenhum se disse evangélico. E, no dia 29 de junho de todos os anos, os pescadores realizam a festa para São Pedro. É um dia muito esperado pela comunidade, onde primeiro há uma missa rezada por um padre de uma paróquia próxima que já possui um vínculo expressivo com os pescadores, sendo que todos eles possuem um carinho visível por ele; e depois há um almoço muito farto, com muita música (neste ano, quando estivemos presentes, eles colocaram basicamente um tipo de forró que é muito escutado hoje no Nordeste, o que também torna-se interessante, evidenciando a influência cultural dos territórios em que vivem – as favelas e comunidades pobres da cidade –, compostos por uma quantidade considerável de nordestinos). Nós tivemos a oportunidade de observar um pouco a organização da festa e de participar como convidados. Podemos dizer que todos os pescadores se mobilizam e se juntam nos dias que antecedem o evento, cada um com suas idéias, sugestões e tarefas para que a festa seja um sucesso. O momento da festa é um momento onde eles voltam a se identificar mutuamente, através do resgate de uma identidade “una”. É uma festa muito bonita (figuras 4.3, 4.4 e 4.5) que existe em inúmeras comunidades caiçaras do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 4.3
Visão geral da missa
com a faixa anunciando-a



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 4.4
Altar para São Pedro



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 4.5
A missa



Fonte: arquivo pessoal.

Voltando às idéias de Haesbaert, quando este fala, por exemplo, dos movimentos migratórios, argumenta contrariamente àqueles que acreditam que o hibridismo cultural esteja relacionado a processos des-territorializantes – que

Na verdade, muito mais do que perderem vínculos de identificação com espaços determinados, ‘desterritorializando-se’, o mais comum é que as pessoas e os grupos sociais desenvolvam, concomitantemente, vínculos identitários com mais de um

território ao mesmo tempo, ou com territórios que em si mesmos manifestam características muito mais instáveis, múltiplas e/ou híbridas. Trata-se assim de um claro processo de ‘multiterritorialização’, seja de forma sucessiva, vivenciando-se alternadamente distintos territórios, seja de forma simultânea, tanto no sentido de apropriar-se de um espaço marcado pela multiplicidade cultural, quanto no sentido de ‘acessar’ e exercer influência sobre distintos territórios (via ciberespaço, notadamente) (Haesbaert, 2007, p. 49).

Deste modo, no momento atual do movimento das sociedades, as identidades territoriais viveriam uma espécie de tensão entre uma tendência ao hibridismo – “a busca por crescente autonomia e liberdade” – e uma tendência à reclusão e ao fechamento territorial que parte da “construção de um sentido mais estável de identidade” (p. 35). Assim, o autor acredita que os grupamentos sociais viveriam, hoje, em um ir-e-vir entre estes dois pólos. São re-identificações que se dão de forma constante, ora referindo-se à apropriação e luta pela efetivação de um território; ora referindo-se ao hibridismo característico dos tempos atuais, a identidades múltiplas e abertas.

Todavia, não há como fechar-nos em uma tendência uniforme no que diz respeito à construção de identidades territoriais, pois o mundo complexo em que vivemos impede tal formulação. Cada caso possui suas particularidades e cada grupo pende mais para um lado do que para outro, segundo suas condições geo-históricas e suas próprias necessidades. Muitos grupos encontram sua forma estratégica e política de ação construindo uma identidade “una” e “imutável”. Na maior parte dos casos, tal identidade é inventada, o que vem ao encontro da invenção das tradições de Hobsbawm sobre a qual falamos no primeiro capítulo. Ademais, a identidade também é um conceito relacional, já que se define sempre em relação ao outro. Acontece que devemos estar atentos para aquilo que está em jogo em tais processos de re-identificação, ou seja,

... todas essas re-significações ou, no nosso caso, re-identificações, estão mergulhadas em relações de poder e, deste modo, sujeitas aos mais diversos jogos, ora mais impositivos, ora mais abertos, que este poder implica dentro de uma sociedade profundamente desigual e marcada por múltiplos processos de dominação. Se identificar(-se) é também, de alguma forma, classificar, estas classificações com que re-significamos o mundo, nós e os outros, inclusive através dos territórios, são objeto de intensas disputas entre aqueles que têm o poder de formular e mesmo de fixar estas classificações (Haesbaert, 2007, p. 37).

Sendo assim, a multidimensionalidade das relações de poder sobre as quais dissertamos no item anterior deve estar presente também no estudo das identidades territoriais, já que “o território pode veicular a articulação de poderes

simbólicos de múltiplas faces, que ora reforçam a segregação e o fechamento – (...) – e ora potencializam uma dinâmica de convívio ou de ativação de múltiplas identidades” (p. 50). O fechamento, ou seja, a construção de identidades territoriais reclusas, observadas a partir de um outro ponto de vista, pode nos remeter a pensar nas identidades de resistência de Castells (2000), que é

...criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (p. 24).

Para Haesbaert (2007), no entanto, ao considerar a necessidade de se incluir o território nesta questão, tal construção identitária pode partir tanto de populações ou grupamentos sociais que se encontrem em posições de debilidade perante nossa sociedade desigual e que tenham que lançar mão de um recurso simbólico-identitário com base em uma espécie de “naturalização” da identidade territorial, quanto de grupos hegemônicos que constroem tais identificações a fim de evitar a “mistura” cultural e a “insegurança” que dela pode advir. Essa “naturalização” da identidade “implica numa espécie de ‘direito’ adquirido numa espaço-temporalidade parcialmente ‘efetiva’ (...) ou completamente ‘inventada’” (p. 53).

Saquet (2007) acredita na identidade como uma unidade processual, relacional e mediadora no desenvolvimento do e no território. Segundo este autor, a identidade deve ser trabalhada a partir da dificuldade de adaptação de um indivíduo em situações novas ou como um modo de ser coletivo. Para Bagnasco (1999), estudado pelo autor:

... em uma sociedade moderna, uma comunidade é uma sociedade local, ou seja, mesmo os atores de uma pequena comunidade estão inseridos em redes externas, econômica, cultural e politicamente. E como a identidade está intimamente ligada à comunidade, também significa rede de relações, internas e externas a cada lugar e é construída com uma estabilidade e uma coletividade. Na identidade, há continuidades e relações coletivas. Porém, relações afetivas e de confiança, duradouras, (...), podem não existir em todos os lugares. Por isso, é importante que o pesquisador esteja sempre atento às especificidades e a cada situação local, aos atores e a suas estratégias de reprodução social (Bagnasco, 1999 *apud* Saquet, 2007, p. 147).

O autor afirma que aos poucos elaboram-se abordagens que reconhecem a identidade como unidade transescalar, entre distintos sujeitos e lugares unidos pelas relações. A sustentabilidade territorial do desenvolvimento, então, estaria na

capacidade de sistemas territoriais reproduzirem, na mudança, identidades que não se restringem ao passado. A identidade é reconstruída histórica e coletivamente e se territorializa através de ações políticas (gestão) e culturais (p. 149).

Ainda, “os homens, através de seus gestos, necessidades e aprendizagens produzem e renovam territorialidades, identidades. Há uma sucessão de identidades, que se **cancelam** e se **desagregam**, deixando traços materiais e imateriais”⁶⁷ (Saquet, 2007, p. 147).

Assim, a identidade territorial deve ser considerada levando-se em conta a coerência interna de cada lugar; o processo histórico, inerente às tradições, à memória e às atitudes; e a tensão teleológica, que remete a projeções futuras. Há reciprocidade e unidade entre a territorialidade e a identidade coletiva, estando uma na outra (p. 151).

A identidade territorial, assim como a territorialidade, possui um caráter político-operativo muito forte. Ela pode potencializar as ações e os recursos necessários para o desenvolvimento local. Desta maneira, a identidade também pode significar uma territorialidade ativa, no sentido da organização para a conquista de autonomia em um sistema local territorial.

As variáveis do território, plurais, são hibridizadas, articuladas, diferenciando-se, especializando-se e envolvendo a subjetividade dos lugares (cultura, história...), as instituições, a infra-estrutura, o trabalho, etc. (...). A identidade local, nesse sentido, deve ser continuamente reelaborada, em complementaridade com o movimento de mundialização da economia (Saquet, 2007, p. 153).

Desta forma, corroborando com Haesbaert, o autor acredita que a identidade também significa multiterritorialização.

Na comunidade de pescadores de Copacabana, encontramos justamente esta oscilação entre um discurso legitimador da identidade cultural do pescador artesanal – o discurso “essencialista” que resgata a história do lugar e a constituição do território pesqueiro de geração para geração, e um discurso “homogeneizador”, que possui a vantagem de trazer à discussão as necessidades do pescador artesanal que vive na cidade como um cidadão urbano desprivilegiado. O fechamento e a reclusão territorial a partir da identidade se dão com base em um discurso que em muito se assemelha àquele cuja concepção de **comunidade tradicional** é estática e imóvel – o discurso “essencialista”. Esta abordagem utiliza a perspectiva histórica e da tradição da comunidade.

⁶⁷ Grifos do autor.

Este tipo de discurso não deixa de ser uma forma de construção de uma identidade de resistência. Entretanto, tal construção conta com a interferência constante das múltiplas identidades vivenciadas pelos pescadores em sua multiterritorialidade.

Como nos diz Roberto Moreira, o conhecimento da comunidade não deve ser tomado como um conhecimento de origem interna somente. Trata-se de uma conjunção entre o saber passado de geração para geração e que tem sua origem na relação com o ambiente marinho-costeiro, e os fatores externos que Moreira denomina “relações de co-determinações com a sociedade abrangente”: “A identidade social ‘comunidade costeira’ será concebida como socialmente construída por suas relações de co-existência natural com o ecossistema costeiro-marítimo e por suas relações de co-determinações com a sociedade abrangente” (Moreira, 2004, p. 1).

O autor pensa uma comunidade costeira como um fenômeno social que representa duas ordens de complexidade: uma restrita e outra ampla. Na complexidade restrita a identidade é representada como uma ambiência sócio-ecossistêmica. A ambiência de uma comunidade costeira conteria assim “visões de mundo, saberes e lógicas de ações que orientam as relações sociais, econômicas e políticas cotidianas dessas comunidades” (p. 2). Essa complexidade restrita nos revelaria as dimensões econômicas, técnicas, ideológicas, discursivas, religiosas e educativas presentes em hábitos e rituais na relação da comunidade com a terra e o mar. Nos revelaria também hierarquias e assimetrias de poderes.

Essa complexidade restrita, segundo o autor, é parte integrante de um ente social mais abrangente ou relaciona-se com uma outra complexidade restrita, um Outro social. Estamos aqui analisando a complexidade ampla. As comunidades somente se definem na relação com o Outro, diferenciando-se do Outro.

Nesse sentido amplo a “comunidade” nunca é fechada em si mesma. É aberta ao mundo do Outro e, em algum grau, pertence a ele, mesmo quando se representa como uma comunidade “excluída” (...) Nos processos de co-determinação múltipla, a comunidade imprimiria e retiraria do Outro alguns sentidos de sua própria existência portando, por exemplo, uma mesma língua e uma mesma identidade nacional (Moreira, 2004, p. 4).

É neste Outro, nesta complexidade ampla formadora da identidade social de uma comunidade costeira, que costumamos encontrar os maiores poderes

econômicos, políticos e culturais, representando poderes hegemônicos e contra-hegemônicos da sociedade abrangente.

Desta maneira, falamos também em múltiplas identidades. No caso da comunidade em estudo, notamos que não há uma única identidade, formadora de processos organizados de resistência. Há, na verdade, uma multiplicidade de identidades, relacionadas inclusive à multiterritorialidade vivenciada pela comunidade.

Ainda assim, há uma espécie de romantização do grupo, através da construção de um discurso identitário que preza pela imobilidade e pela tradição. Este discurso não deixa de ser uma estratégia de sobrevivência, ou seja, é utilizando-no que os pescadores vêm se mantendo até os dias de hoje. Contudo, uma vez que este discurso não representa a realidade de fato, desconsiderando a multiterritorialidade e as múltiplas identidades da comunidade, resulta que tal sobrevivência vem se dando de maneira precária, pois a própria argumentação dos pescadores e da sociedade em geral – que oscila entre o discurso “essencialista”, de um lado, e o discurso “homogeneizador”, de outro – não é capaz de libertar o grupo dos estigmas que o constroem e imobilizam.

Enquanto não houver a compreensão de que o que ocorre com o grupo é a experiência da multiterritorialidade tão característica dos tempos atuais – mesmo que haja uma resistência aos processos hegemônicos que limitam sua ação e a possibilidade de que se reproduza com justiça social, partindo da experiência da escassez – esta resistência não acompanha a formação de uma consciência crítica, o que, por sua vez, resulta na imobilidade e na impossibilidade de realização de uma transformação social efetiva.

Esta tomada de consciência, contudo, só pode advir com a mudança do olhar do Outro, ou seja, de toda a sociedade, a respeito deles próprios.